

# **As lutas cotidianas pela mudança social: a Psicologia como Política**

## **The daily struggle for social change: Psychology as politics**

**Raquel S. L. Guzzo**

**Pontifícia Universidade Católica de Campinas (Brasil)**

**Eduardo Alessandro Kawamura**

**Pontifícia Universidade Católica de Campinas (Brasil)**

**Antonio Euzébios Filho**

**Universidade de São Paulo (Brasil)**

**Larissa Baima**

**Tykhe Associação de Psicanálise (Brasil)**

**Resumo.** Em um país socialmente desigual como o Brasil, a Psicologia assume desafios políticos importantes. Com base nos referenciais da psicologia crítica, este artigo pretende discutir como a Psicologia é política, seja em sua elaboração de teorias alinhadas aos princípios liberais e neoliberais, seja na proposição de conhecimentos e intervenções que contextualizem o fenômeno psicológico a partir de uma leitura crítica do capitalismo. Nessa perspectiva crítica, a psicologia pode fomentar práticas que fortaleçam o enfrentamento coletivo ao conformismo e à adaptação, contribuindo para a superação do fatalismo em suas diferentes dimensões. A psicologia pode, assim, ser um instrumento de promoção da consciência, contribuindo com a recuperação da memória histórica e com ações políticas capazes de produzir efeitos de mudança no comportamento individual e na superação de traumas psicossociais. A psicologia é sempre política, em uma direção ou em outra, assim é fundamental pensar a quem ela serve como ciência e profissão.

**Palavras-chave:** Comunidade; Fatalismo; Ideologia; Libertação; Psicologia Política.

**Abstract.** In a socially unequal country like Brazil, Psychology acquires an important political challenge. Based on the references of critical psychology, this article intends to discuss how Psychology is political, whether in its elaboration of theories aligned with lib-

eral and neoliberal principles, or in the proposition of knowledge and interventions that contextualize the psychological phenomenon based on a critical reading of the capitalism. From this critical perspective, psychology can encourage practices that strengthen the fight against conformity and adaptation, contributing to overcoming fatalism in its different dimensions. Psychology can, therefore, be an instrument for promoting awareness, contributing to the recovery of historical memory and political actions capable of producing effects of change in individual behavior and overcoming psychosocial traumas. Psychology is always political, in one direction or another, so it is essential to think about who it serves as a science and profession.

**Keywords:** Community; Fatalism; Ideology; Liberation; Political Psychology.

## Introdução

A Psicologia no Brasil foi regulamentada em 1962, uma época em que o Brasil vivia um conturbado momento político – um golpe se armava para destituir um governo popular e democrático. Iniciava-se no país um novo ciclo de preparação profissional em cursos de graduação de cinco anos. Em sessenta anos de sua regulamentação como profissão e ciência, a psicologia passou por importantes mudanças, sempre relacionadas à conjuntura social e política presente no momento histórico.

Esse desenvolvimento foi fortemente afetado pela ditadura civil-militar de 1964, contexto que causou um grande impacto na vida do povo brasileiro com uma dinâmica de restrições impostas às liberdades individuais, ao direito à informação e marcado pela violência, morte e desaparecimento de pessoas. Nos cursos de formação profissional, a Psicologia não ficou ileso. As restrições envolveram o acesso ao conhecimento no campo, especialmente em uma perspectiva mais social e crítica. Eram priorizadas as práticas profissionais e o conhecimento advindo das doenças e distúrbios mentais concebidos de modo individual, passando pela vigilância do corpo docente e cerceamento do direito à organização estudantil e profissional. E essa condição acabou por manter um perfil profissional despolitizado, não crítico, majoritariamente da burguesia, que, embora reconhecesse os limites da profissão para lidar com a realidade, reproduzia no exercício profissional e na formação acadêmica uma condição descomprometida diante das mudanças sociais que deveriam acontecer (Guzzo, Soligo & Silva, 2022).

Aprendia-se uma psicologia hegemônica, que não oferecia possibilidades efetivas e radicais para a mudança social, não respondia às demandas presentes e às condições reais de vida da maioria da população brasileira encontrando dificuldades em dialogar com o contexto brasileiro e latino-americano. Apesar disso, profissionais que viviam a prática em distintos campos de atuação e sentiam a distância entre o que foi aprendido nos

cursos de graduação e a realidade vivida em seus espaços de trabalho, passaram a se mobilizar reivindicando as mudanças necessárias, sobretudo nos espaços de formação, reforçando o compromisso com os direitos humanos, com a pluralidade teórico-metodológica, com a diversidade humana, com a inclusão e a qualidade ética e científica das políticas públicas.

O Brasil tem, hoje, aproximadamente, 1075 cursos de formação em Psicologia, segundo o Portal do e-Mec, e 425.968<sup>1</sup> profissionais, com características e perfis bem diferentes, conforme suas trajetórias de formação, destacando-se a época em que se diplomaram e o tipo de instituição formadora. Os cursos de Psicologia passaram, com o tempo, a ser oferecidos, majoritariamente, por instituições privadas e confessionais, que são hoje responsáveis por aproximadamente 85% de profissionais formados. Esse perfil de profissionais formados pelas instituições privadas se diferencia da formação e práticas profissionais oferecidas nas instituições de caráter público, as quais têm condições de uma estrutura curricular mais diferenciada. Com uma concepção progressista da profissão expressa nas Diretrizes Nacionais Curriculares, mas com uma formação e uma prática conservadora desenvolvida pelas instituições universitárias, especialmente privadas, há ainda a necessidade de superar a distância entre o que pode a psicologia ser, em termos formação e práticas políticas, e o que, de fato, há em seu exercício prático diante da realidade. Podemos entender essa distância como resultado de uma ciência psicológica conservadora, que se volta para atender às demandas do mercado e não se envolve na formação crítica, libertadora e transformadora da realidade (Guzzo, 2022).

Combater as desigualdades sociais é, em nossa perspectiva, tarefa política da Psicologia. Concordando com Genaro (2022)<sup>2</sup>, acreditamos que o abismo que separa os pobres dos ricos é o resultado de um sistema econômico que, para valorizar os recursos nas mãos de poucos, precisa aprofundar a exploração de muitos em qualquer lugar do globo. Para esse autor, a desigualdade social incomoda quem aponta o capitalismo como capaz de proporcionar o bem-estar de todos, por isso muitas verdades são encobertas naturalizando a distância entre ricos e pobres. A acomodação da maioria das pessoas e sua incapacidade de uma análise correta da realidade econômica, que encobre o papel determinante das relações sociais de produção, diminui a chance de viabilizar mudanças sociais radicais. E é por essa razão que o envolvimento da psicologia com projetos de mudança social só poderá acontecer quando se assumir que esse campo de conhecimento e formação precisa deixar de ser um instrumento de manutenção do *status quo* (Parker, 2009). Este trabalho possui como principal objetivo aprofundar a compreensão sobre a história e o papel da Psicologia no Bra-

---

<sup>1</sup> <http://www2.cfp.org.br/infografico/quantos-somos/>

<sup>2</sup> Genaro, E. *Análise da Conjuntura - Desigualdade: quanto mais a escondem, mais aparece* (18 de abril de 2022)

sil, assim como vislumbrar as possibilidades de atuação de uma Psicologia contra hegemônica diante de uma ameaça sempre presente de desmantelamento da ciência no país com a ascensão da extrema direita e, conseqüentemente, com o aprofundamento da desigualdade.

### **Psicologia e o contexto socioeconômico**

Sabemos que a psicologia como ciência autônoma nasce em um contexto de consolidação da sociedade burguesa, respondendo e servindo a esse processo (Danziger, 1990)<sup>3</sup>. Seus fundamentos, nesse sentido, aludem aos princípios ideológicos liberais que se alicerçam na noção de indivíduo autônomo, essencialmente livre e responsável por seu destino. Sua extensa contribuição histórica com processos de patologização, de homogeneização e de segregação expressam bem sua assimilação teórica e prática com esses princípios e com a reprodução da ordem social capitalista no Brasil e no mundo.

Essa ordem, embora hegemonicamente consolidada desde o século XVIII, experimentou, ao longo do tempo, momentos de crise, de recuos e de contraofensivas em seu projeto econômico e social. Esses diferentes momentos, por sua vez, impactaram nas teorias e práticas desenvolvidas pela psicologia no curso de sua história. Não por acaso, períodos históricos revolucionários ou marcados por avanços nas lutas de classes influenciaram diretamente a formulação de projetos críticos em psicologia, que combateram suas tendências individualizantes, desistoricizantes e despolitizadas. O momento histórico vivido entre 2019 a 2022, foi de recuo das lutas, dos projetos de mudança social estrutural e de avanço da ofensiva do capital sob novos patamares.

Problematizar a psicologia em suas possibilidades de servir como ferramenta de manutenção ou de ruptura com a ordem social exige que se analise seus nexos com esse processo, pois é nele que se articulam as condições psicossociais às quais ela é chamada a responder. Nesse esforço reflexivo, devemos analisar tanto os seus nexos mais gerais com o processo de reprodução social capitalista, quanto os mais específicos em um momento de crise e de reestruturação neoliberal. E quando falamos em reestruturação neoliberal, nos referimos ao processo econômico e social que se generalizou no mundo especialmente a partir dos anos de 1980, e que representou a resposta do capital à sua crise estrutural, aberta na década anterior.

Surgida nos anos de 1940 e constituída de correntes intelectuais distintas, a teoria neoliberal ganhou maior relevância no curso da crise e da reorganização capitalista nos anos de 1970 e 1980. Foi nesse período que

---

<sup>3</sup> Danziger, K. (1990). *Constructing the subject: Historical origins of psychological research*. Cambridge University Press.

as primeiras experiências socioeconômicas inspiradas por seus fundamentos puderam ser aplicadas, primeiramente no Chile, durante o governo golpista de Augusto Pinochet e, em seguida, no Reino Unido e nos Estados Unidos, com os governos de Margareth Thatcher e Ronald Reagan, respectivamente. Apesar das divergências teóricas existentes entre suas distintas correntes e das particularidades geográficas e temporais de suas experiências pelo mundo, pode-se dizer que o neoliberalismo se desenvolveu como uma teoria político-econômica fundada na premissa da promoção das liberdades e capacidades empreendedoras individuais, na luta contra o coletivismo e no suposto combate ao intervencionismo do Estado (Harvey, 2008).

Enquanto experiência econômica e de governo, desenvolveu-se tendo como base a reestruturação produtiva do capital pós-crise estrutural, levando aos países centrais e subordinados do globo um receituário voltado à privatização em larga escala, ao enxugamento do Estado em áreas como as dos serviços de bem-estar social, à redução das políticas fiscais e monetárias e ao desmonte de direitos sociais e trabalhistas (Antunes, 2009). Os efeitos de suas medidas sociais e econômicas foram determinantes para a reconfiguração da acumulação e expansão capitalista. Seus impactos, contudo, não se restringem à esfera econômica e social, mas incursionam de maneira decisiva na reorganização de campos como o da cultura e da produção da subjetividade.

É precisamente no contexto de neoliberalismo que o movimento ideológico de propagação do subjetivismo e do individualismo mais se intensifica. É em seu desenvolvimento que, como nunca, tem-se a valorização dos ideários liberais da dignidade e da liberdade individuais, alçados a valores centrais da civilização. E, nesse movimento, o neoliberalismo consolidou sua hegemonia, não apenas por meio da aplicação de um receituário econômico e de medidas políticas e sociais, mas também pela “conquista de corações e mentes”, como almejou Thatcher, incorporando-se aos modos de pensamento e “às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretar, viverem e compreenderem o mundo” (Harvey, 2008, p. 04).

Com o neoliberalismo, a hipertrofia da ação individual pôde alcançar seu máximo desenvolvimento. Expressão disso é a ampla disseminação de conceitos como o de “capital humano” (Becker, 2009; Schultz, 1972), que desloca para o âmbito individual a mediação da lógica da mercadoria posta na relação entre capital e trabalho. Uma das implicações mais significativas disso é a constante exigência de autovalorização que se coloca aos indivíduos que, convertidos em capital, passam a ser vistos como governantes de si próprios. Nessa conversão, que faz da economia também uma disciplina pessoal, indivíduos supostamente autônomos e livres para realizar seus interesses são compelidos a sobreviver e a agir em um ambiente de concorrência amplificada e de solidariedade fragilizada (Dardot & Laval, 2010).

Disso decorre a produção de um novo modo de subjetivação, onde a lógica dos conflitos sociais e de classes é substituída pela racionalidade da gerência de si mesmo e pela lógica da individualização. Questões de ordem social passam a ser abordadas cada vez mais intensamente sob o prisma desse mecanismo ideológico (Dardot & Laval, 2010). Exemplo disso é o espaço que noções como a de riscos e vulnerabilidades (Banco Mundial, 2001), de pobreza multidimensional (Sen, 2018) ou de resiliência têm ganhado enquanto categorias de análise psicossocial, em um processo que, em maior ou menor grau, naturaliza e despolitiza a “questão social”.

Os efeitos materiais da desigualdade social capitalista, manifestos de maneira cada vez mais intensa na vida cotidiana de grandes massas populacionais pelo mundo, são, dentro dessa lógica, abordados de forma isolada e individualizada. Não se trataria de transformar as condições econômico-sociais produtoras de desigualdade, de riscos e vulnerabilidades porque essas seriam condições inerentes à natureza dos seres humanos, às suas capacidades e suas escolhas pessoais. Assim, a intervenção estatal via políticas de combate à desigualdade social passa a ser substituída cada vez mais por políticas voltadas à racionalidade da gerência individual, da construção de indivíduos ativos e gestores de seus riscos (Dardot & Laval, 2010).

Ao se desenvolver não apenas como programa econômico, mas como uma forma de engenharia social que afeta profundamente o campo da produção da subjetividade, o neoliberalismo forja, além disso, novas formas de sofrimento psicossocial e novas políticas para o enfrentamento a esses sofrimentos. Estabelece-se uma articulação entre a alienação própria do processo de trabalho com a alienação dos sujeitos das reais determinações de seu sofrimento, que é bastante funcional à dinâmica de expansão da lógica do capital. Isso ocorre na medida em que seu conteúdo ideológico fundamental não busca explicitar, mas mistificar as relações sociais contraditórias capitalistas, o que se efetiva com o deslocamento dos conflitos sociais de classes para o âmbito individual (Safatle, 2021).

Evidência disso, no campo da clínica, é aquilo que Safatle (2021) indica como uma profunda reformulação da gramática do sofrimento psíquico operada pela terceira edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-III) nos anos de 1970. Nela, buscou-se rejeitar todas as tendências diagnósticas psicodinâmicas que ainda estavam presentes em suas edições anteriores, suplantando-as por critérios de base biomédica e comportamental e com ênfase nos sintomas manifestos. Esse movimento biologicista na psiquiatria foi reforçado com a publicação das edições subsequentes do manual, o que contribuiu ainda mais para acentuar a lógica neoliberal de individualização do sofrimento psíquico no campo de discursos e fazeres *psi*.

À psicologia, que compõe parte dos saberes e da institucionalidade desse chamado campo psicológico (Parker, 2006), abre-se todo um novo

leque de problemas teóricos e práticos. Esta se vê convocada a responder aos mais diversos efeitos das transformações econômicas, políticas, sociais e subjetivas desse contexto. Na medida em que o neoliberalismo se efetiva enquanto uma estratégia que maximiza a individualização em oposição aos conflitos sociais e de classes, não é surpreendente o fato de que perspectivas individualizantes e desistoricizantes ganhem tanto espaço entre as teorias psicológicas na atualidade.

Expressão disso é a ampla disseminação, nas últimas duas décadas no Brasil, de terapias de tipo cognitivo-comportamentais, que se baseiam em premissas diagnósticas individuais, bastante compatíveis com os referenciais psiquiátricos, e em intervenções focadas em mudanças comportamentais dos sujeitos. Em seu casamento com a psiquiatria hegemônica, essas modalidades de psicoterapia vêm se fortalecendo também com os adventos das pesquisas neurocientíficas e com o desenvolvimento de novos tipos de antidepressivos e outros reguladores de neurotransmissores (Dunker, 2021).

Essa tendência se verifica também na disseminação de correntes psicológicas que supostamente se desenvolviam na contramão da diagnóstica patologizadora da psiquiatria dominante e de seus manuais. A chamada psicologia positiva, criada em 2000 pelo psicólogo estadunidense Martin Seligman, é exemplo disso. Elaborada com a proposta de dar ênfase às qualidades e virtudes humanas e não aos seus aspectos negativos e patológicos, a psicologia positiva conquistou significativo espaço no campo das pesquisas científicas em psicologia, onde pôde contar com volumosos investimentos financeiros de grandes empresas e organizações capitalistas (Cabanas & Illouz, 2022).

No Brasil, uma expressão importante da difusão dos pressupostos da psicologia positiva vem ocorrendo no campo do trabalho psicossocial em comunidades (Gonçalves, 2020). Dentro das produções mais propagadas na área nas últimas décadas, é possível destacar uma categoria que adquiriu grande centralidade no trabalho comunitário em psicologia no país. Esta categoria é a “saúde comunitária”, que traz para o escopo desses trabalhos a ênfase na “ação empoderadora do indivíduo e da comunidade para o cuidado de seus moradores e do meio ambiente” (Góis, 2008, p. 104). Como observa Gonçalves (2020), a centralidade adquirida por esse conceito no trabalho comunitário em psicologia no Brasil revela a assimilação das premissas da psicologia positiva no campo, onde a saúde (individual e coletiva) é priorizada como eixo de intervenção, em detrimento da análise psicossocial comunitária articulada aos processos sociais.

Seja no campo da prática clínica, seja no campo da análise psicossocial, os preceitos da psicologia positiva têm mostrado a sua eficácia e funcionalidade à ideologia neoliberal, especialmente a partir da acentuação da crise do capital desde 2008. Desde este período, muitos países têm buscado, nos indicadores de felicidade, referências para a elaboração de políticas

de enfrentamento aos efeitos do declínio real das condições materiais de vida de suas maiorias populares. As pesquisas em psicologia positiva e sua ênfase nos atributos psicológicos e nas responsabilidades individuais têm servido de base para a aplicação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento de “potenciais” e “capacidades humanas”, em detrimento de políticas destinadas ao enfrentamento dos determinantes materiais das desigualdades sociais (Cabanas & Illouz, 2022).

Essa atração entre teorias e práticas psicológicas e pressupostos neoliberais, contudo, não é fortuita. Embora, historicamente, alguns de seus movimentos científicos tenham se esforçado para defender uma postura de neutralidade política de seus agentes e práticas, sabemos que a psicologia, em suas pesquisas e intervenções, é política. Seus modelos e conceitos são respostas teóricas aos problemas psicossociais que emergem da relação indissociável entre indivíduo e sociedade, subjetividade e objetividade, em diferentes contextos políticos e históricos. O fato de esta ciência, ao longo do seu desenvolvimento, ter formulado teorias que serviram à manutenção da ordem social capitalista através de explicações individualizantes do social não expressa um desvio ético ou político dos seus representantes. Não se trata de um desvio, mas da própria natureza dos seus fundamentos, que são os fundamentos ideológicos burgueses da liberdade individual, da competição e da naturalização do social. Assim, não é por acaso que, num contexto de generalização do neoliberalismo como projeto econômico, social e cultural, presenciemos o crescimento de tendências psicologizantes e desistoricizantes na psicologia, como os exemplos aqui brevemente mencionados. Essas tendências têm estado presentes em campos como o das psicoterapias, mas também no campo do trabalho comunitário e de políticas públicas (Gonçalves, 2020; Baima, 2019).

É, portanto, de fundamental importância que, para vislumbrar caminhos para a construção de uma psicologia capaz de contribuir para a desmistificação e ruptura com a ordem social capitalista, busquemos ancorar nossas análises em outros modelos e conceitos. Em modelos e conceitos que operem no sentido oposto à individualização, à legitimação da competição, à naturalização das desigualdades sociais e à patologização das diferenças e das resistências. Que operem como ferramentas teóricas e práticas de desvelamento e mudança da realidade social, contribuindo para o enfrentamento ao fatalismo, para o fortalecimento de processos de resistência às políticas neoliberais e para a construção de lutas coletivas anticapitalistas.

### **Processos de mudança e a superação do fatalismo**

Como se vê, a psicologia é política e manifesta muito de suas políticas na direção da manutenção da estrutura social capitalista. Paradoxalmente, ela também pode se manifestar como crítica anticapitalista e como ferra-

menta que contribui para a superação dos princípios liberais – os mesmos que fundaram a ciência e a profissão psicológicas. É esse caminho contra hegemônico e de superação do modo de vida liberal, que as sustenta as psicologias críticas<sup>4</sup> – e que, neste tópico, torna-se nosso objeto de reflexão.

Neste artigo, já tratamos da gênese da psicologia como ciência e profissão e minimamente como ela contribui – e segue contribuindo – para a conformação de uma subjetividade competitiva, individualista e meritocrática, que patologiza, não apenas os “diferentes”, mas também aqueles que promovem alternativas contra hegemônicas.

Dentro do amplo conjunto de temáticas e desafios com os quais as psicologias críticas se ocupam, trataremos agora de alguns passos possíveis para o seu envolvimento com o fortalecimento de grupos marginalizados e com a democratização da sociedade.

Entre algumas possibilidades de caminhos teórico-metodológicos, optamos pelo trabalho com os referenciais da Psicologia da Libertação, especialmente a obra de Martín-Baró, pois ela traz uma importante contribuição para identificar e refletir sobre as consequências psicossociais da opressão (Martín-Baró, 1998). Fazer essa identificação e reflexão seria o primeiro passo para construção de uma práxis psicológica comprometida com mudanças sociais. Um segundo passo – que exploraremos mais adiante neste texto – seria, então, demarcar conceitualmente o que entendemos por mudança social e o papel do psicólogo nessa direção.

### *Fatalismo e a dimensão psicossocial da opressão*

Para identificar alguns aspectos que remetem à dimensão psicossocial da opressão, tomamos como suporte teórico o conceito de fatalismo (Martín-Baró, 1998). A seguir, refletindo sobre o papel do psicólogo em um processo de mudança social, apoiamo-nos no conceito de conscientização de Paulo Freire (2001), conceito que também serviu a Martín-Baró em suas formulações a respeito de uma práxis psicológica transformadora (Martín-Baró, 1996).

Segundo Martín-Baró (1998), o fatalismo corresponde à dimensão psicossocial da ideologia dominante, sendo esta compreendida como falseamento da realidade. Nessa concepção, o fatalismo encontra uma finalidade prática: a manutenção dos vínculos de poder inscritos nos processos de

---

<sup>4</sup> Já discutimos em outras ocasiões (Euzébio Filho & Gradella, 2020), que não há somente uma filiação teórica e metodológica comprometida com processos de mudanças sociais e econômicas. É por esta razão que falamos de psicologia(s) crítica(s). Mas, há, sem dúvida, princípios ético-políticos que as unificam em um campo crítico e são eles: (1) desnudamento da intencionalidade política de controle e adaptacionismo social da psicologia dominante; (2) reconhecimento da necessidade de superação do modo de sociabilidade capitalista para desenvolvimento das potencialidades humanas.

socialização de uma sociedade de classes conflitante, a sociedade capitalista. Manifesta-se, especialmente, na família e nas instituições sociais, na escola e no trabalho. Assim, a ideologia pode adentrar os grupos humanos, estabelecendo mediações entre indivíduos particulares e as estruturas da sociedade.

De maneira geral, o fatalismo se manifesta nos indivíduos e grupos como naturalização da injustiça social e das diferentes relações de poder. É a ideia de fatalidade do destino, de impossibilidade de mudança das próprias condições de vida (Martín-Baró, 1998). Interfere, assim, na elaboração do passado, na ausência de memória histórica<sup>5</sup>, afetando a projeção de futuro. É uma condição de resignação sobre o futuro, um desconhecimento do passado. Corresponde à internalização das condições de opressão e exploração.

Outro aspecto relacionado ao fatalismo e observado por Martín-Baró (1998), é o vínculo entre o rebaixamento das expectativas de futuro e a depreciação da própria imagem, esta última que se manifesta psicologicamente – especialmente naqueles sujeitos cujos direitos são cotidianamente aviltados, que vivem para sobreviver – na aceitação do destino ou de modo mais específico, na vergonha da própria condição de classe, podendo, neste caso, ser um importante componente daquilo que Gonçalves Filho (1999) descreveu como o fenômeno da humilhação social.

As ideias fatalistas também se manifestam com um sujeito que não se reconheça digno de uma vida melhor, de um bom trabalho ou mesmo - em casos de relações extremamente opressoras - talvez fosse admissível não ser tratado, simplesmente, como humano, com respeito, atenção e cuidado. Aí é que se revela um aspecto importante do fatalismo (que, aliás, remete ao diálogo entre Paulo Freire e Martín-Baró): a dependência emocional dos oprimidos em relação aos opressores, manifestada em um sentimento de adoração e submissão perante o mais forte, o vitorioso. O modo de vida dos opressores, assim, torna-se o parâmetro da depreciação da imagem de si (Freire, 2001; Martín-Baró, 1998).

Mas, em que pese o fatalismo ser um indicador de assimetria dos vínculos sociais, Martín-Baró (1998), assim como estudos mais atuais e vinculados à realidade brasileira (Cidade & Ximenes, 2012; Rosa, 2020; Euzébios Filho, 2022) confirmam ser necessário observar ainda dois aspectos: (i) o caráter adaptativo do fatalismo; (ii) de que ele não anula, necessariamente, a intencionalidade do sujeito. Explicamos.

Para uma compreensão sobre o caráter adaptativo do fatalismo como recurso psicológico da adaptação de uma determinada condição de opres-

---

<sup>5</sup> Memória Histórica é um conceito cunhado por Martín-Baró para designar uma leitura histórica da realidade que pode funcionar como elemento fortalecedor de grupos no enfrentamento de condições de adversidade.

são, podemos pensar na vinculação entre o fatalismo e o trauma psicossocial – este que, segundo Martín-Baró (2000a; 2000b), corresponde a um trauma causado por uma violência política, que se materializa na fragmentação de um tecido social e comunitário que, fragilizado, contribui para isolar as pessoas, fomentando saídas imediatas e individualistas para problemas cuja matriz é a comunidade.

Ora, se o trauma se manifesta em uma situação insuportável de opressão, escapando, muitas vezes à elaboração psicológica sobre o que o indivíduo e o grupo vem vivenciando, a naturalização dos vínculos e das relações de poder pode ser a única maneira de suportar o rebaixamento e a humilhação social. Isto, muitas vezes, pode estar indicado na linguagem e no entendimento que determinados vínculos sociais e instituições têm do destino das classes populares: “Deus determina o nosso destino”, afirma certas instituições religiosas; “o menino deve agir como menino e a menina como menina”, fala-se na escola, na família (Martín-Baró, 1998).

E, assim, vai se conformando ao mesmo tempo recursos psicológicos para aceitação do rebaixamento e da submissão perante o vitorioso (já que Deus quis assim etc.) e a autoimagem do subalterno, obediente, sendo ambos alimentados na reprodução de papéis sociais desejáveis para quem se encontra no topo da pirâmide social. Como a psicologia não poderia ser política?

Sobre o fato de o fatalismo não anular, necessariamente, uma ação intencional, podemos dar como exemplo os movimentos do conservadorismo social em curso no passado e no presente. São movimentos que correspondem, dentre outros aspectos, à defesa ativa dos papéis sociais hegemônicos (Pettigrew, 2016). Vemos, então, que há uma militância conservadora (isto é, uma ação coletiva, organizada e intencional) em defesa de uma compreensão naturalizada das relações de poder entre gêneros, entre ricos e pobres etc. O fenômeno da extrema-direita brasileira, para Euzébio Filho (2002), é um exemplo desse que denominou de fatalismo reacionário.

Notamos, então, que o fatalismo não se manifesta apenas como ausência de ação ou aceitação total do destino, mas também como recurso adaptativo, podendo ele também comportar uma ação intencional de defesa de uma posição naturalizada das relações de poder.

### *A dialética fatalismo/conscientização e os desafios do psicólogo.*

Para Martín-Baró (1996) e Paulo Freire (2001), o processo de conscientização representa, dialeticamente, a direção oposta ao fatalismo. E como demonstram Moreira e Guzzo (2015), essa compreensão dialética não anula a

possibilidade de uma situação limite<sup>6</sup> (aquela insuportável, promotora de traumas) impulsionar um processo reverso: de conscientização.

Antes de tratar, especificamente, do papel do psicológico, é necessário apenas levar em conta um aspecto que não aprofundaremos, mas que é necessário ao menos mencionar: na compreensão da dialética entre fatalismo e conscientização há uma concepção de sociedade com forte influência do pensamento crítico e marxista. É importante reconhecer que é dela que Martín-Baró apreende parâmetros ético-políticos para pensar a ação do psicólogo (Blanco, 1998; Dobles, 2020).

No clássico manuscrito *O papel do psicólogo*, Martín-Baró (1996), baseado em Paulo Freire, afirma que a conscientização corresponde a um processo de decodificação das relações de poder, isto é, da valorização da autoimagem do oprimido, que se dá pelo resgate da memória histórica, da valorização da cultura e dos saberes populares, da superação da vergonha de classe e da humilhação social etc.

Nessa direção, o papel do psicólogo, como nos revela Martín-Baró (1996; 1998), seria justamente contribuir nas tarefas de quebra da dependência emocional dos oprimidos e na decodificação das relações que produzem injustiça e desigualdade social. Para tanto, considerando que esta é uma tarefa grupal, o psicólogo deve auxiliar no fortalecimento de redes de apoio social e afetivo, no desenvolvimento de laços de solidariedade de classe e de formas cooperativas de resolução de conflitos.

O psicólogo também deve atuar, segundo Martín-Baró, para articulação entre a memória biográfica e a memória coletiva, contribuindo, assim, para o sentimento de pertencimento e enraizamento comunitário. Deve, ainda, contribuir para elaboração do trauma político entre outros desafios que o autor denomina de “tarefa psicossocial” (Martín-Baró, 2000).

É de fundamental importância compreender que todas essas ações envolvem, evidentemente, um esforço para democratização das relações e das tomadas de decisão (Freitas, 1998) – o que revela a importância do diálogo como ferramenta de inclusão social e de fomento aos espaços de participação e representação política (Freire, 2001). Para Freire, o diálogo não é apenas uma conversa, mas uma postura ético-política.

### **A Psicologia é política: caminhos para a mudança.**

Em seu último curso no Collège de France, em 1984, Foucault (2014) discorre sobre o conceito de *parresía* (παρρησία), que quer dizer, para utilizar

---

<sup>6</sup> Situação-limite é uma condição histórica que impede as pessoas de terem liberdade. Qualquer situação-limite implica que alguns grupos de pessoas se beneficiarão com isso, enquanto outras pessoas serão prejudicadas.” <https://www.litcharts.com/lit/pedagogy-of-the-oppressed/terms/>

sua definição, a coragem da verdade. Não se tratava, na ocasião, de vislumbrar a verdade como algo simples e cristalizado, mas, principalmente, a ação destemida por sua busca e exposição. Para isso, Foucault analisa algumas obras da filosofia ocidental da Idade Antiga à Idade Média, com especial destaque à corrente cínica na filosofia e à figura de Diógenes de Sinope (404 e 412 a.C), que se notabilizou não apenas por sua influência na filosofia dos cínicos e dos estoicos, mas também por vagar pelas ruas das cidades gregas buscando carregar aquilo que ele considerava o mínimo necessário para a sua sobrevivência, dormindo, por exemplo, em uma pipa ou um barril, algo que, como caracteriza Foucault (2014, p. 209), refere-se a um princípio do cinismo: diante da prática da *parresía* e da necessidade de “ocupar-se de si mesmo”, deve-se buscar pela filosofia uma “preparação para a vida”. Quer dizer, resumidamente, na compreensão de Foucault, a coragem da verdade se referencia também em uma forma mais livre de se viver, tanto dos laços com outros humanos, que não seriam muito receptivos às verdades inconvenientes, quanto às posses materiais que poderiam nos fazer prisioneiros de necessidades mesquinhas.

Esse não é um exemplo ao acaso. Interessante pensar que a medicina hegemônica se utilizou da vida de Diógenes para patologizar um determinado conjunto de comportamentos. A “Síndrome de Diógenes” – termo cunhado por Clarke et al. (1975) em uma das principais revistas científicas médicas do mundo, a *The Lancet* –, segundo Stumpf e Rocha (2010, p. 156), “caracteriza-se por um descuido extremo com a higiene pessoal, negligência com o asseio da própria moradia, isolamento social, suspeição e comportamento paranoico, sendo frequente a ocorrência de colecionismo”. Não se trata, no caso, apenas de uma leitura tosca da vida e da filosofia de Diógenes ou de uma incapacidade daqueles que propõem e defendem a existência dessa síndrome em compreender a realidade de vida dos sujeitos diante de suas condições objetivas e subjetivas de vida, mas da patente e essencial reconfiguração do conteúdo e da forma ideológica.

Se quisermos realmente nos opor à psicologia hegemônica numa sociedade de classes, principalmente num contexto de individualismo exacerbado imposto pelo neoliberalismo, “buscar a verdade” requer mais do que uma “preparação para a vida”. Essa não é uma opção. Ou seja, quanto mais praticarmos a *parresía* num sistema político e econômico baseado na distorção da realidade, mais perto estaremos de viver num barril. Isso se reflete claramente, especialmente na América Latina, na falta de financiamento para pesquisas realmente críticas, especialmente em humanidades, e numa “injustiça epistêmica”, resgatando o conceito elaborado por Fricker (2007), que atribui aos países mais pobres apenas o papel de local para estudos de campo na produção de conhecimento científico, culminando no que Spivak (1994) chamou de “violência epistêmica”, a imposição colonizadora da produção intelectual hegemônica predominantemente masculina dos países mais ricos que contribui profundamente não só para o descrédi-

to dos cientistas das “periferias do mundo”, mas para o silenciamento do “sujeito subalterno” – e, mais especificamente, da “mulher subalterna”.

Com raras exceções, em razão do fortalecimento do neoliberalismo e da extrema direita pelo mundo, a Psicologia no Brasil está ainda mais impregnada pela subalternidade epistemológica. E isso se reflete diretamente na força que as principais correntes hegemônicas, conservadoras ou reacionárias, possuem não apenas na clínica, mas em todas as áreas em que historicamente a psicologia atuou nestas últimas décadas, em especial, a educação. Se, por exemplo, o ideal de emancipação intelectual se tornou, inspirado pela escola republicana francesa, basilar nas propostas educacionais do século XX no Brasil, agora temos como meta nas políticas públicas, assim como em outros tantos países, principalmente a “Base Nacional Comum Curricular” (BNCC, 2017) e no discurso dos empresários que vêm se apropriando cada vez mais da educação brasileira, o que a psicologia hegemônica chama de “competências socioemocionais” e suas derivações a partir, principalmente da obra de Gardner (1995, 1996). Esse rótulo em si, desprovido de qualquer realidade científica, demonstra não apenas que não existe, de fato, o mínimo interesse político e econômico em promover qualquer tipo de emancipação, quer seja objetiva ou subjetiva, mas que a Psicologia hegemônica no neoliberalismo irá individualizar ao máximo as questões humanas e responsabilizar ainda mais os sujeitos por seus sucessos e fracassos.

Se a psicologia hegemônica se notabiliza, historicamente, por reduzir “as complexas relações entre os humanos ao mundo das ideias e da causalidade linear” (Schraube & Sørensen, 2013, p. 3) e, assim, promover “estratégias para persuadir os oprimidos de que seus problemas são, na realidade, apenas problemas psicológicos profundos” (Parker, 2007, p. 199), obviamente, não nos basta uma psicologia que seja apenas “crítica” – tentando, por exemplo, produzir uma “Kritik der kritischen Kritik”, como sugerem e ironizam Marx e Engels no título original de “Die heilige Familie”, de 1844.

É necessário que se viabilize uma psicologia que confronte a hegemonia, que exponha as contradições de nossa organização política e econômica, uma psicologia contra hegemônica que colabore, necessariamente, para o processo de emancipação (política, intelectual, afetiva) dos sujeitos no sentido de uma real transformação do mundo. A psicologia necessita também se emancipar (Guzzo, 2022).

Essa emancipação deve ocorrer com o rompimento não apenas de sua histórica e estreita relação com o capitalismo, mas também das formas cristalizadas de atuação centralizadas em relações verticais. Nesse sentido, uma posição mais igualitária e democrática entre o sujeito que pesquisa e o sujeito da pesquisa acaba por se tornar o primeiro ponto de inflexão. Concordando com Parker (2007), a psicologia, e qualquer outra ciência que pretenda ser contra hegemônica, deve ser derrotada enquanto disciplina-

poder. E isso não apenas na relação dos psicólogos com o campo de pesquisa, mas com os referenciais teóricos colonizadores que se alimentam da ideologia patriarcal-capitalista. É importante, dessa forma, mesmo que a Psicologia hegemônica burguesa esteja centrada no estudo dos fenômenos psicológicos exclusivamente ao nível individual, que a Psicologia contra hegemônica não despreze os aspectos da individualidade e se orientando para uma práxis capaz de colaborar na promoção da capacidade humana de transformação de si mesmo e do mundo.

A perspectiva que trazemos aqui, do Materialismo Histórico e Dialético, diferentemente da tradição marxista estritamente economicista, busca reiterar que somos sujeitos históricos e que, assim, exercemos um protagonismo nas transformações da vida social. Ou seja, concordando com Eagleton (2017, p. 27), ao definirmos os sujeitos como “históricos”, estamos afirmando que “somos constitutivamente capazes de autotranscendência (...)”. Dessa forma, estabelecemos, aqui, que mesmo diante de fatores estruturais, políticos, econômicos, e ideológicos poderosos, que há uma margem, ainda que aparentemente pequena, em determinados casos, para irmos além. Colaborar com a promoção do movimento dessa potência inerente ao humano é uma das tarefas mais importantes da Psicologia contra hegemônica. Não se trata apenas da possibilidade de se defender ou não o processo revolucionário como um processo também subjetivo, mas a compreensão e a defesa – caso contrário, nosso trabalho não faria a menor diferença – do protagonismo dos sujeitos nos eventos históricos. Assim, devemos estar vigilantes e suspeitar sempre da ideia de que não existe uma relação íntima entre a superestrutura e a infraestrutura, de que as condições objetivas determinam unilateralmente as condições subjetivas. O método do Materialismo Histórico e Dialético não analisa apenas aspectos econômicos, políticos, ideológicos e institucionais, mas também a relevância dos sujeitos na história.

A questão fundamental aqui, porém, possui uma maior abrangência. Não se trata apenas da possibilidade de se defender ou não a emancipação como um processo também subjetivo, mas a compreensão do papel dos sujeitos nos eventos históricos. Com isso, faz-se necessário também a defesa do protagonismo desses sujeitos, contrária, portanto, à ideia de que não existe uma relação íntima entre a superestrutura e a infraestrutura, de que as condições objetivas determinam unilateralmente as condições subjetivas. Nesse sentido, para nós, o método do Materialismo Histórico e Dialético não apenas analisa fatores econômicos, políticos, ideológicos e institucionais, mas também o papel relevante dos sujeitos na transformação do mundo.

Por isso, é fundamental a tarefa de sempre avançarmos nos conceitos que utilizamos a partir das possibilidades de contribuição da Psicologia. Quer dizer, por mais que isso pareça óbvio, não nos basta empregar conceitos filosóficos, sociológicos, antropológicos, econômicos etc., sem que

haja, de nossa parte, uma análise da realidade, da pertinência e das fragilidades desse conceito à luz da nossa área de conhecimento. Por mais que se deseje que o conhecimento científico se torne mais acessível, uma superficialidade conceitual jamais deveria ditar o *modus operandi* das ciências. Fazer ciência contra-hegemônica, também, é explorar e confrontar ao máximo as palavras que utilizamos, porque tratar os conceitos sem a profundidade devida não significa tornar um determinado conhecimento mais “palatável”, menos hermético. Muito pelo contrário, agir dessa forma só irá demonstrar as possíveis fragilidades do nosso trabalho, as incoerências e contradições daquilo que pensamos e publicamos. A superficialidade é uma tarefa da hegemonia.

### Referências:

- Antunes, R. (2009). *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo editorial.
- Baima, L. S. (2019). *Psicologia e luta de classes no Brasil: uma análise histórica da inflexão política da Psicologia Comunitária*. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 315f.
- Banco Mundial (2001). *Relatório sobre o desenvolvimento mundial 2000-2001*. Luta contra a pobreza.
- Becker, G. S. (2009). *Human capital: A theoretical and empirical analysis, with special reference to education*. Chicago: University of Chicago press.  
<http://documents.worldbank.org/curated/pt/927161468164645652/Relatoriosobre-odesenvolvimento-mundial-2000-2001-luta-contra-a-pobreza>
- Blanco, A. (1998). La coherencia en los compromisos. In A. Blanco (Org.), *Psicología de la Liberación* (pp. 9-38). Madrid: Trota.
- Brasil, Ministério da Educação (2017). Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME. Recuperado de: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>.
- Cabanas, E. & Illouz, E (2022). *Happycracia: fabricando cidadãos felizes*. São Paulo: Ubu Editora.
- Cidade, E. & Ximenes, V. (2012). As manifestações do fatalismo de jovens em condições de pobreza no Brasil. *Revista Latino-americana de Psicología Social*, 1, 80-102.
- Clark, A. Mankikar G, Gray I. (1975). *Diogenes syndrome. A clinical study of gross self-neglect in old age*. Lancet.
- Dardot, P., & Laval, C. (2010). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo editorial.

- Dobles, I. (2020). *La obra y el legado de Ignacio Martín-Baró. Una interpretación*. San José: Universidad de Costa Rica.
- Dunker, C. (2021). A hipótese depressiva. In: V. Safatle, N. da Silva Junior & C. Dunker. *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Eagleton, Terry. (2017). *Materialism*. Connecticut: Yale University Press.
- Euzébios Filho, A. (2022). *Trauma Psicossocial entre o Fatalismo e a Conscientização: Martín-Baró para pensar o Brasil e a América Latina*. Curitiba: Editora CRV (no prelo)
- Euzébios Filho, A., & Gradella Jr., O. (2020). Psicologia crítica, práxis política, classe e neoliberalismo: um enfoque na Psicologia brasileira. *Teoría y Crítica de la Psicología*, 14, 89-111.
- Foucault, M. (2014) *A Coragem da Verdade: O Governo de Si e dos Outros*. São Paulo: Martins Fontes.
- Freire, P. (2001). *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. Paz e Terra
- Freitas, M. F. Q. (1998). Inserção na comunidade e análise de necessidades: reflexões sobre a prática do psicólogo. *Psicologia: reflexão e crítica*, 11(1), 175-189.
- Fricker, Miranda (2007). *Epistemic Injustice: Power and the Ethics of Knowing*. [S.l.]: Oxford University Press.
- Gardner, H. (1994). *Estruturas da mente: a teoria das Múltiplas Inteligências*. Porto Alegre: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1983).
- Góis, C. W. L. (2008). *Saúde comunitária: pensar e fazer*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild.
- Goleman, D. (1995). *Inteligência emocional: a teoria revolucionária que define o que é ser inteligente*. Rio de Janeiro:Objetiva.
- Gonçalves, M. A. (2020). *Psicologia Favelada: Ensaios sobre a construção de uma perspectiva popular em Psicologia*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial.
- Gonçalves Filho, J. M. (1998). Humilhação social – um problema político em psicologia. *Psicologia USP*, 9(2), 11-67.
- Guzzo, R. S. L. (2022). Políticas públicas no contexto de ofensivas antidemocráticas os desafios de uma psicologia que precisa se libertar para ser libertadora. In: Katia Maheirie & Maria Juracy Toneli. (Org.). *Simpósio Brasileiro de Psicologia Política*. 1ed.Florianópolis: Edições do Bosque, v. 01, p. 120-126.

- Guzzo, R. S. L.; Soligo, A.; Silva, A.P.S.da (2022). As trajetórias de profissionais de Psicologia: questões para a formação. In: Antônio Virgílio Bittencourt Barros. (Org.) *Quem faz a Psicologia Brasileira? Um olhar sobre o presente para construir o futuro*. 1ª Ed. Brasília: Editora CFP, 2022, v. 01, p.86-101.
- Harvey, D. (2008). *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola.
- Martín-Baró, I. (1996). O Papel do Psicólogo. *Estudos de Psicologia, Natal*, 2(1), 7-27.
- Martín-Baró, I. (1998). El fatalismo como identidad cognitiva. In A. Blanco (Org.). *Psicología de la liberación* (pp. 39-130). Madrid: Trota.
- Martín-Baró, I. (2000a). Guerra y trauma en la niñez. In A. Blanco & L. De la Corte (Orgs.). *Poder, ideología y violencia* (pp. 289-332). Madrid: Trota.
- Martín-Baró, I. (2000b). Guerra y salud mental. In A. Blanco & L. De la Corte (Orgs.). *Poder, ideología y violencia* (pp. 333-374). Madrid: Trota.
- Moreira, A. P. & Guzzo, R. S. L. (2015). Do Trauma Psicossocial às situações-limite: a compreensão de Ignácio Martín-Baró. *Estudos de Psicologia*, 32(3), 569-577.
- Parker, I. (2006). *Cultura psicanalítica: discurso psicanalítico na sociedade ocidental*. São Paulo: Idéias e Letras.
- Parker, Ian. (2007). *Revolution in psychology: alienation to emancipation*. London: Pluto Press, 2007.
- Rosa, M. P. (2020). O fatalismo no trabalho camponês: da submissão às possibilidades de ruptura. *Psicologia & Sociedade*, 32, 4-19.
- Safatle, V. (2021). A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. In: V. Safatle, N. da Silva Junior & C. Dunker. *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Schraube, E.; Sørensen, E. (2013) Exploring sociomaterial mediations of human subjectivity. *Subjectivity: international journal of critical psychology*, 6(1), 1-11.
- Spivak, G. C. (2010). *Pode o subalterno falar?* Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- Stumpf, B. P; Rocha, F. L. (2010). Síndrome de Diógenes. *J. bras. psiquiatr.*, Rio de Janeiro, v. 59, n. 2, pp. 156-159.

---

Fecha de recepción: 10 de enero de 2025

Fecha de aceptación: 07 de febrero de 2025